



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5056 - Pôster - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT05 - Estado e Política Educacional

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO E OS ARRANJOS COM O SETOR PRIVADO
Eduardo Augusto Moscon Oliveira - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Deborah Gomes Moura - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
Denise Pinheiro Quadros - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO E OS ARRANJOS COM O SETOR PRIVADO

RESUMO

Mapeamento que mostra a interferência do setor privado na gestão da educação pública nos 78 municípios do Espírito Santo. Utiliza levantamento documental e bibliográfico, no período de 2007 a 2018. Evidencia arranjos do setor público com o setor privado na área educacional em todos os municípios do território capixaba. Denuncia o ataque à educação pública, uma vez que a gestão democrática do ensino público e a educação como direito social estão sendo ameaçadas.

Pontua que a educação pública é dever do Estado e propõe o fortalecimento da Gestão Democrática para problematização dos riscos da privatização no campo educacional.

Palavras-chave: Educação Pública; Municípios do Espírito Santo; Setor Privado; Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de pesquisa que tem por objetivo central mapear, refletir e analisar a interferência do setor privado na gestão da educação pública nas redes estadual e municipais do estado do Espírito Santo (ES). Este trabalho levanta o conjunto dos contratos de serviços, nos quais existem ganhos monetários de forma direta ou nas relações não lucrativas nos 78 municípios que compõem o estado do ES.

Tendo como recorte temporal o período de 2007-2018, foi utilizado levantamento documental e bibliográfico, buscas nos sítios eletrônicos dos municípios (portal da transparência e links de notícias) e nos sites das empresas, fundações e institutos.

Organizamos as informações tomando como referência as seguintes categorias: quais empresas, institutos ou fundações estão presentes na formação de professores, na implementação de programas, na assessoria pedagógica e/ou modelo pedagógico, com quais instituições os municípios têm celebrado convênios para oferta de vagas e o quantitativo de municípios que terceirizam serviços de merenda, vigilância/portaria e limpeza.

No primeiro momento de coleta de dados buscamos contato com as secretarias de educação, via e-mail e por telefone, com poucas devolutivas. Também, buscamos no site de cada município, no portal da transparência as informações oriundas dos contratos e dos convênios concedidos. A Lei da Transparência (L.C.131/2009) determina que sejam disponíveis, em tempo real, informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira (CNM, 2019).

Percorremos também, os sites tanto das empresas, que trabalham a partir da lógica lucrativa e os sites dos institutos e fundações que divulgam o trabalho a partir de uma perspectiva de ação social.

Porém, pode existir mais informações que não foram encontradas, possivelmente pela desatualização no portal de transparência e ausência de divulgação oficial das parcerias e contratos.

Apresentamos resumidamente o que foi levantado nos 78 municípios e optamos por reproduzir o nome das instituições, pois são informações de acesso público, disponíveis no portal da transparência dos municípios.

A PRESENÇA DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A relação entre Estado, mercado e educação tem se intensificado nas últimas décadas em decorrência das políticas de ajuste desencadeadas nos mais diversos países do mundo, entre eles o Brasil. Tais políticas retomam os princípios liberais que fundamentam a sociedade capitalista desde a sua origem, trazendo de volta à cena a histórica antinomia entre Estado e Mercado (SCAFF, 2017).

Adrião e Peroni (2009) sinalizam que o papel do Estado para com as políticas sociais tem sido alterado, já que a responsabilidade pela execução das políticas sociais vem sendo repassado para o mercado.

Nessa conjuntura estrutural, indagamos a respeito de como essa transferência e relações com o mercado tem ocorrido na educação municipal do Espírito Santo. Para tanto, pesquisamos os 78 municípios e destacamos quatro tipos de arranjos com o setor privado: I) os que se relacionaram diretamente com a gestão pedagógica da escola comercializando produtos/serviços (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais); II) os que se

relacionaram diretamente com a gestão pedagógica da escola ofertando serviços/produtos, porém, se autodeclarando sem fins lucrativos (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais); III) os convênios concedidos para oferta de vagas; IV) atividades terceirizadas de merenda, vigilância/portaria e limpeza.

No que se refere à interferência do setor privado na Gestão Pedagógica da Escola identificamos a presença de nove empresas que venderam seus produtos, com objetivo direto de alcançar lucros, por meio do fundo público da educação (Quadro 1).

Quadro 1 - GESTÃO PEDAGÓGICA - COMÉRCIO DE PRODUTOS/SERVIÇOS NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE 2007-2018.

Empresas contratadas	Presença nos municípios
Inova Consultoria em Educação LTDA ME	08
Editora Positivo (Sistema de Ensino Aprende Brasil)	05
Empresa Gualimp - Assessoria e Consultoria LTDA	04
Pearson Education do Brasil LTDA	01
Wilivro	01
Consultoria Tantas Palavras	01
Assis Auditoria e Consultoria Empresarial	01
Editora Opet	01

Fonte: elaboração dos autores com base em dados levantados.

Ainda com a efetivação da presença do setor privado na Gestão Pedagógica da Escola foi possível constatar, conforme quadro 2, que sete empresas, fundações ou institutos, marcaram território na educação pública, com o discurso de contribuição social.

Quadro 2 - GESTÃO PEDAGÓGICA - OFERTA PRODUTOS/SERVIÇOS SEM FINS LUCRATIVOS NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE 2007-2018.

Instituto/fundações parceiras	Presença nos municípios
Instituto Natura (Trilhas)	40
EDP Escelsa (Boa Energia nas Escolas)	13
Instituto Votorantim (Programa "Parceria pela Valorização da Educação")	09
Fundação Otacílio Coser e Rodosol (Rede Escolar)	03
SEBRAE (Jovem Empreendedor Primeiros Passos)	02
Ensina Brasil	01
Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)	01

Fonte: elaboração dos autores com base em dados levantados.

No que se refere aos Convênios Concedidos, destacamos a presença de quatro instituições que receberam investimentos financeiros para oferta de vagas (Quadro 3).

Quadro 3 - CONVÊNIOS CONCEDIDOS PARA OFERTA DE VAGAS NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE 2007-2018.

Convênios	Presença nos municípios
Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES)	23
Fundação Presbiteriana Educacional e Assistencial Rev Gedeon José Lidório	02
Centro Educacional Israel Ltda	02
Centro de Educação Infantil Nossa Senhora da Penha	01

Fonte: elaboração dos autores com base em dados levantados.

Em relação às atividades terceirizadas, conforme quadro 4, alguns municípios apresentaram contratação de serviços para desenvolvimento de serviços nas seguintes áreas: limpeza, merenda e vigilância/portaria.

Quadro 4 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS DE 2007-2018.

Atividades Terceirizadas	Presença nos municípios
Limpeza	16
Merenda	14
Vigilância/Portaria	09

Fonte: elaboração dos autores com base em dados levantados.

Nesse levantamento é importante destacar o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES) que foi aderido por 76 cidades e se constitui a partir de apoio à Gestão, Fortalecimento da Aprendizagem e Infraestrutura e Suporte (ESPIRITO SANTO, 2017).

O PAES foi formulado a partir da experiência com o MAIS PAIC – Programa Aprendizagem na Idade Certa do Ceará. Dessa forma, o governo do ES celebrou um termo de cooperação com o Ceará, para elaboração de diretrizes, assessoramento técnico às equipes da Secretaria da Educação do Espírito Santo (formações, protocolos de monitoramento e avaliação ao longo do ano letivo) (CEARÁ, 2017).

A partir desses dados é preciso refletir acerca dos serviços/produtos comercializados para a educação pública e suas consequências para a gestão democrática do ensino público, garantida no artigo 206 da Constituição Federal de 1988 e terrivelmente ameaçada pela privatização cada vez mais crescente aos municípios capixabas. Assim sendo, conforme nos aponta Adrião et al. (2009), que o conjunto dos serviços pactuados com as prefeituras municipais e com a iniciativa privada faz parte do conjunto das atividades que as secretarias e suas equipes já realizam, como formação, avaliação, produção/distribuição de material didático e, dessa forma, acabam por interferir “[...] na gestão do próprio sistema escolar público local” (p.806).

No que se referem aos Programas/ Projetos das instituições/fundações refletimos com Freitas (2014) quando este destaca o que está em jogo nessa política, a disputa pelo controle tanto da “gestão” escolar como do próprio “processo formativo” da juventude [...], ambos aspectos fundamentais para o controle ideológico e seu alinhamento à lógica das necessidades do aparato produtivo.

Em relação aos convênios concedidos para oferta de vagas, destacamos que o que temos materializado é a privatização da oferta educacional, por meio da vigência de mecanismos de subsídio público a organizações privadas (ADRIÃO, 2018), já que há repasses financeiros para a manutenção da oferta da educação obrigatória a essas instituições.

Acerca das terceirizações, refletimos com Freitas (2018, p. 40) que realiza um alerta ao afirmar que “o propósito dos neoliberais é destruir a “educação pública de gestão pública” e não apenas defini-la, querem o Estado apenas como provedor de recursos públicos, não como gestor”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme dados apontados no mapeamento realizado, constatamos que a privatização está presente na educação pública dos municípios do ES, por meio das formações, dos assessoramentos, dos materiais apostilados, dos convênios concedidos para oferta de vagas, dos programas, modelos e padrões da iniciativa privada. Dessa forma, o avanço da privatização já interfere na gestão da educação pública nos 78 municípios capixabas.

Essa interferência do setor privado na educação pública acarreta sérias consequências e uma delas é o ataque ao princípio da gestão democrática. A lógica empresarial pautada na padronização, eficiência e produtividade pode afetar as escolas que fazem adesão a esses tipos de materiais, sistemas ou programas.

Outra questão é a fragilização da participação do trabalhador terceirizado nas decisões coletivas da escola, visto que seu vínculo não é diretamente com o Poder Público, o que acarreta distanciamento das questões, discussões e debates locais.

Reiteramos a responsabilidade do Poder Público com a educação pública. Para tanto, é necessário fortalecer a Gestão Democrática nas Unidades de Ensino, consolidando a participação e a resistência, problematizando juntos aos coletivos os riscos da privatização da educação para a democracia e para a garantia da educação como direito social.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. ; PERONI, Vera . A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Retratos da Escola** , v. 3, p. 107-116, 2009.

ADRIÃO, T. et al. 2009. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educ. Soc.** , Campinas, vol. 30, n. 108, p. 799-818. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 mar 2019.

ADRIÃO. T. DIMENSÕES E FORMAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

CEARÁ. Disponível: <<https://www.ceara.gov.br/2017/01/19/educacao-espirito-santo-reproduz-modelo-de-sucesso-do-ceara-e-assina-termo-de-cooperacao/>>. Acesso em: 10 abril 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Lei da Transparência**. Disponível: <<http://www.leidatransparencia.cnm.org.br/>>. Acesso em: 09 abril 2019.

ESPIRITO SANTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (SEDU). **PAES**. Disponível: <<https://sedu.es.gov.br/paes>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.

FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial da Educação: Nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PEARSON. **Sobre nós**. Disponível: <<https://br.pearson.com/sobre-nos.html>>. Acesso em: 05 março 2019.

SCAFF, E. A. da S. Estados, Mercado e Educação: arranjos e tendências. **Educação Unisinos**, v. 21, n. 2, p. 146 - 154, 2017.